SÍNTESE ECONÔMICA

A análise da situação econômico-financeira do país conduz a prognósticos pouco animadores. Apesar do anunciado empenho do Govêrno, no sentido de conter o surto inflacionário, a elevação do custo da vida, no período estudado, constitui um sintoma alarmante da ineficácia das medidas adotadas. Tudo parece indicar que as dificuldades se agravarão no curso de 1959. Um fato positivo a assinalar: nova tentativa de solução dos problemas do Nordeste.

A OPERAÇÃO NORDESTE

O LANÇAMENTO da chamada Operação Nordeste apresenta-se como um dos mais importantes acontecimentos econômicos dos primeiros meses do ano. Surgiu com o mesmo estardalhaço que a OPA (Operação Pan-Americana), a inauguração do primeiro trecho da rodovia Belém-Brasília, e tantas outras iniciativas do atual Govêrno. Sacramentou-a a reunião, no Rio de Janeiro, dos Governadores dos Estados interessados, de que resultou, por decreto, a criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste, a ser futuramente substituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão cujo nascimento depende de aprovação pelo Legislativo.

Para bem compreendermos o significado da Operação Nordeste, faz-se necessário equacionar o chamado "problema do Nordeste". Como se sabe, o Brasil coloca-se entre os chamados países subdesenvolvidos, ou seja, entre aquêles de baixo padrão de vida e reduzidos níveis de produção. Nos últimos lustros, todavia, o dinamismo revelado por nossa economia global nos vem garantindo a gradativa eliminação do nosso atraso econômico. Êsses mesmos ganhos, porém, permitem que a atenção seja desviada para o fato de que, dentro do panorama geral do nosso subdesenvolvimento, regiões há cuja situação se apresenta substancialmente abaixo da média brasileira. Mais grave, ainda, é o fato de que, segundo dados recen-

tes, essa diferença tende a se agravar.

As áreas-problema do Brasil são, bàsicamente, a Amazônia e o Nordeste (do Maranhão à Bahia). A situação dêste último surge como particularmente delicada, pelo fato de que sua renda "per capita" é inferior à da Amazônia, sua população muito maior e suas potencialidades bem mais limitadas. Tudo isto sem falar das sêcas.

Colocando o problema em números, vemos que os Estados do Nordeste se encontram em nítida inferioridade, relativamente às demais Unidades da Federação (vide quadro I).

QUADRO I

RENDA "PER CAPITA" — 1957

UNIDADES FEDERADAS	Cr$
Amazonas	11 154,8
Pará	9 165,3
Maranhão	4 743,6
Piauí	3 735,4
Ceará	5 353,7
Rio Grande do Norte	6 293,1
Paraíba	5 696,6
Pernambuco	8 107,9
Alagoas	6 513,9
Sergipe	7 238,2
Bahia	6 569,5
Minas Gerais	11 682,5
Espírito Santo	*12 238,1*
Rio de Janeiro	14 782,0
Distrito Federal	42 123,3
São Paulo	25 052,0
Paraná	14 240,8
Santa Catarina	12 455,7
Rio Grande do Sul	17 857,4
Mato Grosso	14 629,7
Goiás	7 587,7
BRASIL	14 011,7

***Fonte*: Equipe da Renda Nacional — Fundação Getúlio Vargas.**

Se tomarmos como ponto de partida a renda "per capita" de Cr$ 10.000,00, vemos que (deixando de lado a Amazônia) pràticamente a totalidade do Brasil fica acima dessa cifra e as unidades do Nordeste, abaixo. O gráfico I, relativo ao último decênio, mostra que a situação não tende a melhorar, mas, pelo contrário, se agrava (num período mais extenso, êsse fato se torna ainda mais claro).

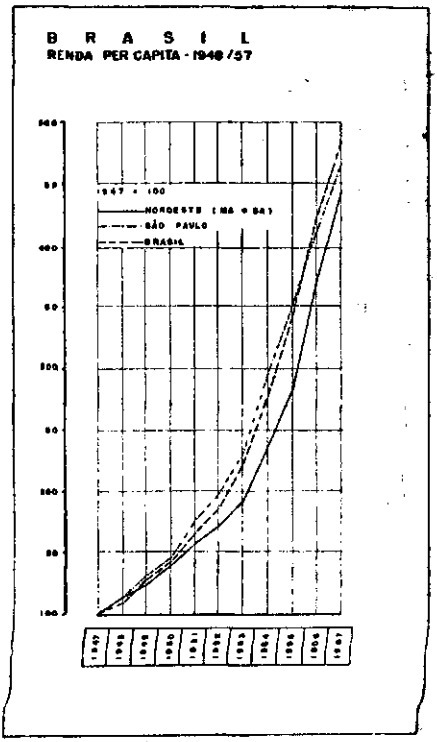

GRÁFICO I

Alguns autores, para dramatizar a situação, lembram que as diferenças de renda "per capita" observadas entre os pontos extremos da escala brasileira equivalem às encontradiças entre os países mais e menos avançados da América La-

tina. Assinalam, outrossim, que o Nordeste constitui uma das zonas mais subdesenvolvidas do Continente.

Ao reconhecimento de tais fatos se devem esforços especiais em favor da região, corporificados em órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, Comissão do Vale do S. Francisco, Companhia Hidrelétrica do S. Francisco, Banco do Nordeste. A par disso, disposições constitucionais destinam parte da arrecadação federal para aplicação no Nordeste (3%); texto de lei obriga o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a empregar pelo menos 25% dos seus recursos naquela região, etc. Êsses esforços caracterizam-se, porém, pelo seu assistematismo. Para abreviar êsse defeito, criou-se, há cêrca de dois anos, o Grupo de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, que não conseguira, até recentemente, apresentar sugestão alguma positiva. Em sua fase final, já inteiramente refundido, e absorvido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, preparou o relatório "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", de cêrca de 90 páginas mimeografadas (excluídos os apêndices estatísticos anunciados, mas até o momento não divulgados). Nesse relatório, assenta-se a base teórica da Operação Nordeste. Vejamo-lo, em suas linhas gerais.

As diretrizes básicas adotadas para o desenvolvimento da região são as seguintes:

"*a*) intensificação dos investimentos industriais, visando a criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira;

b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos cuja industrialização deverá ser intensificada;

c) transformação progressiva da economia na zona semi-árida, no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente às sêcas;

d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando a incorporar à economia da região as terras úmidas do "hinterland" maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semicriada".

As duas primeiras diretrizes referem-se à orientação central do Programa. Lembram os autores do Relatório que o Nordeste tem, diante de si, duas possibilidades dinâmicas: desenvolver sua agricultura de exportação, ou industrializar-se. Dois obstáculos se opõem à primeira: os mercados internos e externos para os produtos primários são insuficientes e, mais grave, não são apreciáveis as reservas de terra arável na região. Resta, pois, o caminho da indústria. O item *b* destina-se a amparar a expansão dêste setor, evitando que ela desencadeie um aumento nos preços de alimentos e, portanto, de salários.

As diretrizes *c* e *d* referem-se ao problema das sêcas. Não enfrentam diretamente o fenômeno, mas se propõem, hàbilmente, a contorná-lo. De fato, estudando os resultados do cataclismo, observa o Relatório que a principal afetada é a agricultura de subsistência. A pecuária e a agricultura de produção

para o mercado resistem muito melhor ao impacto. Trata-se, pois, de reduzir a importância do setor de subsistência, o que implica deslocamentos de população para outras zonas agrícolas do país. Dentre estas, o Maranhão é preferido.

O modo por que se pretende pôr em prática as diretrizes é bastante diferente de iniciativas anteriores. Não se reclama nenhum aumento imediato dos recursos federais destinados à área, mas se pede sua melhor aplicação, dando-se-lhes caráter menos assistencial e mais de apoio à produção. Quanto aos setores que incumbem à iniciativa privada, sustenta-se a tese de que algumas poucas medidas bastarão para que se invistam no Nordeste os capitais que hoje fogem da região para o Centro-Sul.

Como se julgar a Operação Nordeste?

Quanto à oportunidade, todos os encômios lhe são devidos. Em verdade, o fenômeno expresso nos dados anteriormente reproduzidos sensibilizou agudamente a consciência das populações nordestinas. O Centro-Sul, pelo contrário, e sobretudo seus Estados mais dinâmicos, continua penetrado de uma convicção errônea de dever cumprido. Trata-se, em última análise, da tese "São Paulo é uma locomotiva puxando vinte vagões vazios" (São Paulo deve, a rigor, ser entendido como abrangendo uma zona bem mais ampla que a compreendida pelas fronteiras daquele Estado). Até os anos trinta, em que o Brasil era uma economia agrícola voltada para o exterior, semelhante tese talvez pudesse ser considerada verdadeira: o centro dinâmico do país contribuía mais que proporcionalmente para a receita federal, sem receber benefícios correspondentes, pois que sua prosperidade dependia exclusivamente dos mercados exteriores. Após 1930, todavia, acelera-se o processo industrial brasileiro, que se vai concentrar justamente no Centro-Sul. Surgiram, sem dúvida, no Nordeste, importantes núcleos fabris, como o de Pernambuco, sem nunca, porém, atingirem a prosperidade dos sulinos que, usufruindo melhor infra-estrutura, se achavam em privilegiada condição de concorrência. Estávamos diante da célebre tendência à concentração geográfica da indústria, que durante tanto tempo beneficiou a Europa. Não se entenda, contudo, que essa concentração seja, em si, desvantajosa. Pelo contrário. Os investimentos industriais estão sendo feitos na região onde a produtividade se revela maior e, portanto, maior o ganho para o conjunto do país. Do ponto de vista particular das populações nordestinas, todavia, a aceitação das regras do jôgo implica um sacrifício, pelo menos temporário: a zona dinâmica passa a usufruir o precioso "superavit" de divisas oriundo da zona mais atrasada; dispõe do mercado desta em situação privilegiada (o Nordeste compra no Sul artigos manufaturados em condições inferiores às que obteria no estrangeiro); recebe desta capitais, matérias-primas e mão-de-obra para sua indústria, etc. Para dramatizar a situação, poderíamos colocar-nos na posição de um estadista de vistas curtas e dizer que um movimento separatista beneficiaria São Paulo, antes de 1930, e, hoje, beneficiaria sobretudo o Nordeste. Claro está que êsses ganhos imediatos se-

riam amplamente anulados por enormes e irreparáveis perdas futuras. Parece-nos útil, porém, colocar a questão nesses têrmos, algo rudes, para mostrar quão longe estamos da época da "locomotiva puxando vagões vazios".

De tudo isso se conclui que a "Operação Nordeste", ao colocar o problema em tôda a sua amplitude, permitirá ao país o necessário exame de consciência, evitando, assim, o agravamento de tensões que, não sem perigo, se tem ignorado.

Se a oportunidade da Operação Nordeste é boa, a eficácia será muito menor do que se depreende de grandiloqüência com que vem sendo tratado o assunto. Resumindo nosso ponto de vista: a Operação Nordeste, se executada com a devida seriedade, será capaz de proporcionar à região crescimento mais equilibrado e mais rápido; entretanto, o problema fundamental, que consiste no atraso relativo da região, não tem possibilidades de solução num futuro próximo. A razão é a seguinte: o Brasil acha-se em processo de desenvolvimento que deve ser preservado. Os investimentos, fulcro do processo, são mais produtivos no Sul do que no Nordeste. Assim sendo, o deslocamento de grande quantidade de capitais para aquela zona subdesenvolvida poderia afetar perigosamente o desenvolvimento global. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste deve ter como finalidade proporcionar melhorias substanciais para a zona, deixando para mais tarde, porém, a solução definitiva de problema. Êsse adiamento beneficiará, a longo prazo, a própria região interessada.

Infelizmente, o otimismo excessivo não é apenas da propaganda governamental, mas do próprio Relatório. Êste dá por suposta igual produtividade no Nordeste e nos centros dinâmicos do país. Nesse caso, a simples concessão de condições favoráveis levaria o capital particular a se encarregar do desenvolvimento da região. Tal posição, além de autorizar esperanças descabidas, pode ser perigosa para o desenvolvimento econômico do país, caso sirva de base (o que, diga-se de passagem, não é a posição do Relatório) para o deslocamento compulsório de quantidades crescentes de capital para o Nordeste.

CONTENÇÃO DE CRÉDITO, INFLAÇÃO, CONGELAMENTO DE PREÇOS, SALÁRIO MÍNIMO

APAR da Operação Nordeste, refletiu-se na imprensa, com intensidade quase igual, uma série de outros fatos econômicos. A contenção do crédito provocou protestos das entidades representativas das chamadas Classes Produtoras: grupos econômicos de São Paulo pressionam, no momento, o Banco do Brasil, a fim de que lhes sejam ampliadas as facilidades de crédito, e acenam para o Govêrno com o espectro de falências generalizadas. O Poder Público, de sua parte, diante do constante aumento do custo de vida, ainda não se liberou inteiramente da fórmula congelamento de preços, ensaiada nos meses que antecederam os novos níveis de salário mínimo. Os protestos e greves estudantis, contra a elevação das taxas escolares, participam dessa psi-

cologia de congelamento. Finalmente, novos níveis de salários mínimos provocaram, sobretudo no Distrito Federal, protestos de emprêsas que se recusam a pagá-los antes de cumpridos todos os prazos previstos em lei. Por outro lado, os atuais pedidos de reajustamento das diversas categorias profissionais devem ser interpretados como reflexo dos salários mínimos recém-decretados.

Por trás de tôda essa agitação, acha-se o surto inflacionário, que vem revelando especial virulência nos últimos anos. O congelamento de preços e o reajustamento de salários constituem mecanismos de defesa contra a elevação do custo de vida; a contenção de crédito constitui importante arma de combate à inflação. Vejamos como êste fenômeno se tem apresentado nos últimos anos. Seu aspecto mais evidente é o do acréscimo do volume monetário em relação à quantidade disponível de bens. O gráfico mostra como os meios de pagamento (moeda manual e bancária) vêm subindo mais rápidamente do que a produção. Como há mais moeda à procura de quantidade igual de bens, os preços devem, necessàriamente, subir.

O quadro II, na página seguinte, revela o crescimento anual do custo de vida no Distrito Federal e em São Paulo. Infelizmente, dados para os meses recentes ainda não estão disponíveis.

A elevação do custo de vida reflete-se numa redução dos salários reais, isto é, numa queda na possibilidade de adquirir bens com um dado salário. O quadro III nos mostra a evolução dos salários do funcionalismo federal. Verifica-se que apenas as categorias inferiores mantiveram seu salário em têrmos reais. A letra "O", por exemplo, sofreu perda de 49%, mesmo com o recente reajustamento de 30%. Temos, pois, um aspecto da inflação que, via de regra, passa despercebido, isto é, as classes médias são as principais prejudicadas.

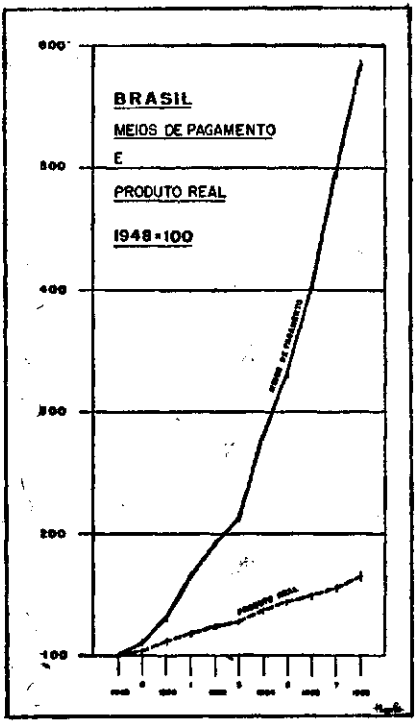

GRÁFICO II

Diante de semelhante estado de coisas, o Poder Público dispôs-se a agir mais eficientemente. Lançou, então, o Plano de Estabilização Monetária, que se destina a terminar com a inflação num período de dois anos. O Plano foi divulgado nos últimos meses de 1958. Já mereceu, portanto, numerosas críticas e aprovações que não nos cabe reeditar. Passados, porém, os primeiros tempos de sua execução, podemos reto-

QUADRO II

ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL E EM SÃO PAULO

ANO	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO	
	1948 = 100	Variação em relação ao ano anterior %	1948 = 100	Variação em relação ao ano anterior %
1949	104	+ 4,0	98	— 2,0
1950	111	+ 6,7	104	+ 6,1
1951	128	+ 15,3	113	+ 8,7
1952	150	+ 17,2	139	+ 23,0
1953	172	+ 14,7	169	+ 21,6
1954	210	+ 22,1	200	+ 18,3
1955	259	+ 23,3	239	+ 19,5
1956	313	+ 20,8	292	+ 22,2
1957	365	+ 16,6	348	+ 19,2
1958	417	+ 14,2	397	+ 14,2
1959 (1)	515	+ 14,3		

Fonte: *Conjuntura Econômica.* — (1) Apenas janeiro e fevereiro.

QUADRO III

SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

ANO	Padrão "E"		Padrão "O"		Índice do Custo de Vida (D. F.)	Índice do Salário Real	
	Cr$/mês	Índice	Cr$/mês	Índice		Padrão "E"	Padrão "O"
1948	1 720	100	8 400	100	100	100	100
1952	2 620	152	9 000	107	150	101	71
1955	3 520	205	10 000	119	259	79	46
1956	6 500	378	17 000	202	313	121	65
1957	6 500	378	17 000	202	365	104	55
1958	6 500	378	17 000	202	417	91	48
1959							
Jan.	8 450	491	22 100	263	470	104	56
Fev.	8 450	491	22 100	263	515	95	51

má-lo, examinando-o à luz dos resultados iniciais.

O enfoque central do problema inflacionário, adotado no Plano, é o chamado clássico: a causa imediata da elevação de preços que é o descompasso entre o acréscimo de meios de pagamento e o da produção real (vide gráfico II). Para debelar a inflação, basta, portanto, pautar o aumento dos meios de pagamento pelo da produção. Ora, dos dois componentes dos meios de pagamento, a moeda manual cresce, essencialmente, pela emissão, e a bancária, bàsicamente, pela expansão creditícia. Como a expansão do crédito é feita em função das disponibilidades de moeda manual nos bancos, nesta última deve-se concentrar a atenção. Em outras palavras, o esfôrço principal deveria incidir sôbre a redução de emissões. Ora, nos "deficits" do orçamento público acha-se a causa fundamental do desregramento emissionista. O Plano de Estabilização vai, pois, esforçar-se para cobrir o "deficit" previsto de Cr$ 23 bilhões.

Para tanto, propõe um aumento do impôsto de renda, que lhe deveria fornecer mais Cr$ 5 bilhões, no impôsto de consumo, que lhe daria mais Cr$ 5,8 bilhões, e no sêlo, que proporcionaria ao Tesouro um suplemento de Cr$ 1,7 bilhão. A par disso, prevê o lançamento de um empréstimo no montante de Cr$ 6 bilhões (financiados através de letras do Tesouro). A limitação do crédito, dentro das indicações do volume físico da produção, acha-se também prevista, mas como corolário do esfôrço principal para cobrir o "deficit".

Além dêsse aspecto monetário, o Plano encarou também o salarial. Encontra-se nêle uma crítica mal contida à política adotada desde 1954, acusada, claramente, de prejudicar investimentos e diminuir a diferença entre as diversas classes salariais. Levando em conta o aumento de custo de vida previsível até dezembro de 1958, propõe um salário mínimo para o Distrito Federal de Cr$ 5.400,00. Considera êsse montante elevado, dadas as contingências do nosso desenvolvimento. Tal nível lhe parece, contudo, "pollticamente" necessário. Aliás, a inflação prevista pelo Plano para 1959 resultaria, exclusivamente, dêsse reajuste salarial.

Quais as possibilidades de o Plano obter uma estabilidade de preços nos próximos dois anos? A evolução recente dos acontecimentos tornou-as pràticamente nulas. Temos, em primeiro lugar, fatôres conjunturais desfavoráveis que dificilmente poderiam ser previstos no Plano: aumento no preço das importações, necessidades inesperadas de numerário por parte do sistema bancário, etc. Se ninguém pode ser responsabilizado por tais acontecimentos, não vemos, entretanto, como as autoridades poderiam explicar, em têrmos do combate proposto à inflação, o reajustamento dos salários do funcionalismo a partir de janeiro, quando o Plano previa que isso fôsse feito apenas em julho. Mais importante, e mais grave, porém, foi o fato de que, ao se fazer a revisão dos salários mínimos, o Sr. Presidente da República, contrariando os estudos do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, e, sobretudo, os do próprio Plano, aumentou o salário mínimo para Cr$ 6.000,00 no

Distrito Federal (e proporcionalmente no restante do Brasil). Alegou-se que a diferença entre o resultado dos estudos e os Cr$ 6.000,00 concedidos não era muito grande. Ora, considerando-se Cr$ 5.400,00 como o correspondente ao salário-mínimo real estabelecido em 1956, conclui-se que o nível adotado representou um acréscimo de mais de 10% no salário mínimo real. Isto significa que êste foi reajustado acima do aumento da renda "per capita" nos últimos três anos (a contar da decretação do salário mínimo anterior). Entre os níveis propostos pelo Plano e os de fato adotados há, pois, uma diferença não apenas quantitativa, mas também qualitativa. O resultado imediato é que a inflação continuará e o salário adotado se verá reduzido pela elevação do custo de vida. Em outros têrmos, ao ignorar as medidas propostas pelo Plano, o Govêrno tornou impossível seu cumprimento, o que, aliás, já se acha patente no fato de que as emissões que vêm sendo feitas ultrapassam de muito as previstas. Não se conclua, porém, que as medidas do Plano tenham sido pura e simplesmente abandonadas. Serão postas em prática dentro do possível. Seu objetivo deixou de ser, porém, o término da inflação, para se tornar um esfôrço no sentido de evitar o agravamento do processo.

Voltemos, pois, aos três sintomas (restrição de crédito, congelamento de preços e salários mínimos) que serviram de base a esta análise. Prendem-se todos à espiral de preços e em função dela devem ser enfrentados. O congelamento (sem discutirmos casos concretos em que possa haver, realmente, exploração oriunda de posições monopolísticas) não tem sentido algum como política econômica: seria combater efeitos ignorando-se causas (aliás, a experiência da COFAP mostra a sua pouca efetividade). A contenção de créditos é um remédio doloroso, mas que poderá ser utilizado, sem maiores prejuízos, caso se tenham anteriormente eliminado as causas profundas da inflação. Entre estas se acha, sem dúvida, uma política salarial incompatível com os níveis de renda "per capita" e as necessidades do desenvolvimento.

PANORAMA ECONÔMICO DE 1958

Em têrmos reais, o produto nacional * teria crescido, em 1958, de 4,7%, contra 4,5% no ano anterior. Em cruzeiros correntes atingiu Cr$ 1,3 trilhão, contra pouco mais de Cr$ 1 trilhão em 1957. Êsses dados são preliminares e foram divulgados pela Fundação Getúlio Vargas. Analisando o mesmo crescimento global da economia brasileira, *Desenvolvimento & Conjuntura*, em dados também preliminares, estimou um incremento da ordem de 7,3% nos índices da atividade econômica do país em 1958. Qualquer que tenha sido o exato crescimento, tudo leva a crer que

* Total da produção bruta de bens e serviços, isto é, inclusive os bens de capital destinados à substituição da parte do capital nacional (máquinas, edifícios, vias de transporte, etc.) que se desgastou no processo produtivo, durante o período considerado.

o volume de mercadorias e serviços produzidos no país, no ano recém-findo, superou o de 1957.

A extraordinária recuperação da atividade rural, principalmente cafeeira, compensou, relativamente, em 1957, os aspectos negativos observados no setor industrial. Em 1958, houve notável modificação: a velocidade de crescimento da produção industrial, que se reduzira sensìvelmente em 1957 (+ 3,2%), retomou o ritmo anterior, ou seja, ascendeu a, aproximadamente, 9,3%; a atividade agrícola cresceu de 6,1%, tendo ainda o café como principal elemento propulsor, enquanto a sêca no Nordeste trouxe grandes prejuízos; o comércio exterior contou com os mesmos obstáculos de 1957, encerrando-se o balanço de pagamentos do país com um "deficit" superior a US$ 300 milhões.

Agricultura — O produto agrícola de 1958 teria sido superior em 6,1% em relação ao ano anterior. Índices construídos por *Desenvolvimento & Conjuntura*, com base nas estatísticas agrícolas do Serviço de Estatística da Produção, revelaram que o setor alimentar continuou respondendo pelo acréscimo registrado para o produto agrícola, com um incremento de 6,2%, enquanto as matérias-primas permaneceram pràticamente estacionárias (+ 1,8%). O aumento do setor alimentar foi proporcionado pelos produtos de exportação (+ 21,8%), desde que as culturas destinadas ao mercado interno sofreram redução (— 0,9%).

Importantes culturas apresentaram, em 1958, quantitativos inferiores aos de 1957: feijão (— 6,2%), milho (— 4,9%), arroz (— 3,9%), mandioca (— 3,9%) e batata doce (— 2,1%). Pelos aumentos registrados apenas merecem referência: café (+ 22,8%), cacau (+ 9,5%) e algodão (+ 3,6%).

As condições meteorológicas do ano passado anularam, em grande parte, as colheitas nordestinas. De fato: enquanto a produção agrícola da região Sul aumentou de, aproximadamente, 16%, a do Nordeste reduziu-se de cêrca de 24%, acarretando uma grave situação naquela região. Na região Leste, verificou-se um crescimento de 4,5%, ao passo que as demais regiões experimentaram decréscimos, embora menos significativos do que o do Nordeste: — 1% na região Norte e — 4% na Centro-Oeste.

Indústria — A produção industrial brasileira desenvolveu-se em ritmo apreciável em 1958. Em verdade, retomou o ritmo de crescimento médio alcançado no período 1948-1955 (+ 8,7%) e quebrado em 1957 (+ 2,6%), atingindo, no ano passado, cêrca de 9,3%, segundo estimativa preliminar de *Desenvolvimento & Conjuntura*, que frisa a fragilidade dos dados utilizados.

Tomando-se êsses dados como meros indicadores de comportamento, conclui-se que, em 1958, houve uma recuperação no setor industrial, superando largamente o ano imediatamente anterior.

Segundo os "Inquéritos Econômicos" do IBGE, relativos ao primeiro semestre de 1958, alguns setores industriais experimentaram excepcional incremento, enquanto outros evoluíram normalmente e os restantes tiveram reduzido crescimento ou mesmo decresceram. Entre os que tiveram excepcional incremento podem ser incluídos: me-

talúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte e bebidas; entre os que evoluíram normalmente, encontram-se: minerais não metálicos, madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha, química e farmacêutica, vestuário, produtos alimentares e editorial e gráfica; finalmente, as indústrias de couros e peles e têxtil tiveram reduzido crescimento ou declinaram.

Apesar do crescimento bastante satisfatório observado na indústria nacional no ano recém-findo, maior teria sido seu progresso, não fôra uma série de limitações, como as grandes elevações dos preços de matérias-primas nacionais e, sobretudo, importadas (alta dos ágios) e a relativa escassez de crédito.

Balanço de Pagamentos — O balanço de pagamentos do país encerrou-se, em 1958, com um "deficit", em "transações correntes", de cêrca de US$ 331 milhões, não coberto pelo saldo na conta de capitais. No intercâmbio de mercadorias, em base FOB, as exportações atingiram o valor de US$ 1.190 milhões, enquanto as importações, também FOB, se situaram em tôrno de US$ 1.187 milhões, propiciando um saldo de US$ 12 milhões. As exportações de 1958 foram ainda inferiores às de 1957, ou melhor, as menores dos últimos seis anos. O "deficit" global do balanço de pagamentos do país, em 1958, atingiu US$ 307 milhões.

Finanças — *a*) Papel-Moeda. A expansão do meio circulante, em 1958, foi de 24%, contra 19,5% em 1957. Em valores absolutos, o saldo do papel-moeda emitido atingiu, no fim de dezembro, Cr$ 119,8 bilhões, isto é, Cr$ 23,2 bilhões a mais do que no último dia de 1957.

b) Meios de Pagamento. De janeiro a novembro de 1958 (os dados de dezembro ainda não estão disponíveis) o montante de meios de pagamento acusava uma expansão de, aproximadamente, Cr$ 60 bilhões, ou seja, de 20%. Com êsse incremento, o seu saldo atingia, no fim de novembro, cêrca de Cr$ 351 bilhões. A moeda em poder do público — saldo do papel-moeda circulante deduzido do encaixe em moeda corrente nos bancos — participou com Cr$ 16,3 bilhões, e o da moeda escritural — depósitos à vista — com Cr$ 43,5 bilhões.

c) Crédito Bancário. O montante dos empréstimos ao público, através do Banco do Brasil, foram acrescidos de Cr$ 22,1 bilhões nos onze primeiros meses do ano, dos quais Cr$ 4,3 bilhões retornaram sob a forma de depósitos. Quanto aos empréstimos dos bancos comerciais, o saldo global, nos onze primeiros meses de 1958, apresentou uma expansão de Cr$ 43 bilhões, ou seja, de 25,5%.

Perspectivas para 1959 — De modo geral, são desfavoráveis os prognósticos para o corrente ano. Inicialmente, nos dois primeiros meses de vigência dos aumentos salariais, o custo da vida no Distrito Federal subiu de 14,3%; no mês de fevereiro, em relação a janeiro, o aumento foi da ordem de 10%, havendo o item alimentos crescido de 14%. Tais incrementos, registrados em apenas 28 dias, como já foi salientado, são inéditos em tôda a história mundial da inflação do após-guerra.

O café deve continuar com tendência a se estocar, reduzindo-se cada vez mais a capacidade de im-

portação do país. Demais, as cotações dêsse produto vêm decrescendo gradualmente, sem um compensatório aumento do volume físico exportado.

Por outro lado, a indústria começa a defrontar uma série de aumentos de custos induzidos pela elevação dos salários (matérias-primas, energia elétrica, combustíveis, etc.), sem falar no aumento da carga tributária. Ao mesmo tempo em que são aumentados os custos de produção, o govêrno restringe o crédito, pensando assim conter o ritmo de incremento dos preços, já agora quase incontrolável.

Sem levarmos em conta o "deficit" orçamentário, vimos o suficiente para prever crescentes dificuldades para o país em 1959, a não ser que sérias medidas sejam urgentemente adotadas, visando a assegurar uma efetiva estabilidade de preços e o reequilíbrio do balanço de pagamentos.